

## PARA ALÉM DA “ESQUERDA MÍNIMA”: UM LUGAR CENTRAL AO ESTADO NA PROVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

JOSÉ REIS | PROF. CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. INVESTIGADOR DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

O CONSENSO QUE HOJE PARECE EXISTIR SOBRE a importância do papel do Estado na economia e sobre a centralidade do investimento público é, obviamente, uma consenso frágil – ou mesmo aparente. Bem se sabe que foi quase acotovelando-se que tantos se apressaram a declarar a necessidade de a esfera pública amparar as economias desmoronadas pela especulação, pela avidez ou simplesmente pelas insuficiências dos mercados.

Muitos dos “ansiosos” são, claro está, os que sempre se caracterizaram por socializar prejuízos depois de terem privatizado os lucros (quer os legítimos, quer os ilegítimos). Para esses, o Estado é nada mais do que o bombeiro transitório.

Mas há outros que ajudam a tornar o consenso frágil ou aparente. E alguns são de esquerda. Da esquerda mínima. Com pouca originalidade, porque foram buscar os fundamentos à teoria liberal sobre o papel do Estado na economia, insistem sobretudo no papel regulacionista da acção estatal, que querem limitar a isso. Isto é, a um papel que tem como principal finalidade regular (ou mesmo criar) os mercados, proteger os princípios sacrossantos da concorrência e definir liminarmente “serviços mínimos” para o Estado. Esta é a forma “cerimonial”, que não concebe a esfera pública como mais do que um “pastor” de mercados, que a esquerda mínima encontrou para lidar com a organização económica, os poderes económicos, as desigualdades...

O que está hoje em causa não é apenas saber como o Estado assume um papel na resposta à crise, curando

os males que um capitalismo desenfreado engendrou. O que está em causa é saber qual deve ser o papel do Estado em diferentes áreas da economia – do crédito e da intermediação financeira, à energia, à água, às comunicações aos grandes transportes (os chamados monopólios naturais ou monopólios de rede), até aos serviços públicos essenciais como a educação, a saúde, os serviços comunitários. Um diligente criador de mercados, para a imediata apropriação privada e rentista?

Parece claro que se uma das coisas que esta crise nos tem ensinado é que os sectores potencialmente destabilizadores de toda a arquitectura económica são vários, e não apenas o sector bancário e financeiro.

O regresso do Estado a um papel central na provisão de serviços públicos é, obviamente, decisivo e deve constituir uma bandeira da esquerda. Estamos, de facto, perante uma questão diferenciadora, que contém importantes ramificações para a definição do modelo de sociedade que se esteja a construir.

Talvez seja adequado introduzir um parêntesis para sublinhar que não sabemos, nenhum de nós sabe, quanto tempo vai durar esta crise nem quando se poderá dizer que estamos a percorrer o processo de transição em que se comecem a definir novas formas de organização social e política. Mas a verdade é que, independentemente disso, na complexidade de qualquer processo social, há elementos fundadores que se formam paulatinamente. Ora, este assunto pode, justamente, constituir um dos elementos necessários, conformadores de novos modos

de organização das economias e das sociedades, agora no contexto novo da crise.

São três as razões pelas quais me parece que este papel do Estado é especialmente importante. A provisão de serviços públicos (1) constitui uma “fatia” da economia muito importante, presente em todas as regiões do país, e que não é admissível que seja alienável, isto é, privatizada através de uma lógica de cedência ao mercado; (2) é um elemento crucial para a geração de coesão social e de qualificação individual; (3) tem um papel essencial para a estabilização da economia, isto é, para servir de contraponto às tendências cíclicas de outros sectores, que assim originam crises e instabilidade.

Aliás, vem a propósito dizer que a riqueza criada com os chamados serviços “não mercantis” constitui cerca de 20% do PIB e que muitas das actividades que constituem provisão pública de serviços às populações – da saúde, à educação, aos serviços de proximidade assegurados pela administração local – são um dos maiores factores, em Portugal, de correcção de assimetrias regionais. De facto, se analisarmos a distribuição por NUTS III daqueles serviços, notamos que não só essa distribuição não revela o tipo de assimetrias que são conhecidas no nosso país, como o seu crescimento diferenciado tem contribuído para produzir reequilíbrios e, portanto, para assegurar coesão social e nacional.

Uma nota final, para lembrar como os nossos capitalistas – mesmo aqueles que têm uma história industrial, produtiva e exportadora – tem uma apetência inconti-

da por se acolherem à sombra dos negócios protegidos dentro do espaço nacional, abrigados da concorrência que ideologicamente tanto acarinham. Os serviços não mercantis são, portanto, mercado apetecíveis para os capitalistas, com a condição de que o Estado lhes crie esses mercados e lhes ofereça de forma continuamente protegida. Se se tratasse de os mercantilizar, isto é, de ceder às tentações de privatização da saúde, da educação ou dos serviços de proximidade – para os quais o nome dos cidadãos continuaria a ser invocado – então, esses capitalistas seriam gente razoavelmente acomodada, à custa da esfera pública que quiseram substituir. Vontade não lhes falta. Mais do que a que têm para assumir riscos, promover exportações, criar riqueza onde a iniciativa privada tem o lugar que lhe é próprio.

É por isso que a provisão dos serviços de que temos estado a falar é um dos campos da contínua reafirmação da acção pública, em nome de uma economia em que a comunidade também conte.